

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de Maranhão Class.: 316

Data: 01/07/92 Pg.: _____

Posseiros mantêm Guajajaras como reféns

Foto: Carlos Serra

Sete índios Guajajara continuam como reféns dos posseiros do povoado de São Pedro dos Cacetes, localizado dentro da reserva indígena Cana Brava, em Barra do Corda e que há vários anos vem provocando conflitos entre brancos e índios. O seqüestro dos Guajajara foi resultado de um atentado a um dos posseiros.

O assessor da presidência da Funai, Cornélio Vieira de Oliveira debita ambos os atos agressivos aos ânimos exaltados de posseiros e indígenas, que querem uma resposta concreta para a retirada do povoado de dentro da área indígena demarcada e homologada pela União.

"A Funai não abre mão da questão", ressalta Raimundo

Nonato Magalhães Assunção, advogado do órgão e que não vê outra saída para a solução do conflito, que não seja a retirada imediata de São Pedro dos Cacetes. O primeiro passo já foi dado: a Procuradoria da República no Maranhão entrou na Justiça com uma ação civil pública contra o Estado e a União Federal objetivando a retirada do povoado. O Ministro da Justiça Célio Borja, há dois dias esteve reunido com um grupo de Guajajara e solicitou à polícia do Estado que procure imediatamente o cativo dos sequestrados, em poder dos brancos há quase uma semana.

A atitude do Ministro acalmou os ânimos dos indígenas, mas não muda o pensamento da aldeia, que quer a saída do po-

voado. Cornélio de Oliveira esteve como refém dos Guajajara durante 24 horas e percebeu que não só os índios estão sob forte carga emocional, mas os posseiros tam-

bém temem ser expulsos do local com prejuízos. "A situação não é fácil e somente a deliberação de um cronograma que culminará com a saída de São Pedro devol-

verá a tranquilidade temporária em Cana Brava", ponderou o sertanista.

Em dois dias, mais ou menos, o grupo de Guajajara estará retornando a São Luís, e esta volta será definitiva na opinião do advogado da Funai. "Os índios querem a certeza de que o povoado vai ser removido e os brancos querem a garantia de que não serão abandonados sem assistência", continua Raimundo Nonato Assunção. Ele acredita que o resultado da ação civil da Procuradoria vai encerrar definitivamente a questão, "pois tanto o Estado como a União vão ser obrigados a reconhecer que a localização de São Pedro é inconstitucional".



Cornélio Vieira: "Índios querem resposta ao conflito"